

**"É dever do Poder Público a Gestão Documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação."  
(art. 1º - Lei nº 8159/91)**

### LEGISLAÇÃO SOBRE GESTÃO DE ARQUIVOS

**Legislação arquivística e normas complementares que regulamentam procedimentos e serviços de arquivos públicos federais, estaduais e municipais.**

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>D. O. U .</b>	<b>Ementa</b>
Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 216 § 2º	05.10.1988	05.10.1988	Dispõe sobre a necessidade de gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
Lei nº 5.433	08.05.1968	10.05.1968	Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
Lei nº 6.546	04.07.1978	05.07.1978	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de arquivo, e dá outras providências.
Lei nº 8.159	08.01.1991	09.01.1991	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
Decreto nº 82.590	06.11.1978	07.11.1978	Regulamenta a Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo.
Decreto nº 1.173	29.06.1994	30.06.1994	Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências.
Decreto nº 1.461	25.04.1995	26.04.1995	Altera os artigos 3º e 7º do Decreto nº 1.173/94 que dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do

			Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos
Decreto nº 1.799	30.01.1996	31.01.1996	Regulamenta a lei 5.433, de 08.05.68 que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
Decreto nº 2.134	24.01.1997	27.01.1997	Regulamenta art. 23 da lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outra providências.
Decreto nº 2.182	20.03.1997	21.03.1997	Estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos Arquivísticos Públicos Federal para o Arquivo Nacional
Decreto nº 2.942	18.01.1999	01.1999	Regulamenta os arts. 7º, 11 e 16 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
Decreto nº 4.073	03.01.2002	04.01.2002	Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
Resolução CONARQ Nº 1	18.10.1995	24.10.1995	Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções.
Resolução CONARQ Nº 2	18.10.1995	24.10.1995	Dispõe sobre as medidas a serem observadas na transferência ou no reconhecimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas.

Resolução CONARQ Nº 3	26.12.1995	28.12.1995	Dispõe sobre o Programa de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)
Resolução CONARQ Nº 4 Revogada pela Resolução CONARQ n.º 14 de 24 de outubro de 2001	28.03.1996	29.03.1996	Dispõe sobre o Código de Classificação de Documento de Arquivo para Administração Pública: atividade-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e aprova os prazos de guarda e destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública.
Resolução CONARQ Nº 5	30.09.1996	11.10.1996	Dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos diários oficiais da União, Distrito Federal, Estado e Municípios.
Resolução CONARQ Nº 6	15. 05.1997	23.05.1997	Dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos.
Resolução CONARQ Nº 7	20.05.1997	23.05.1997	Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público.
Resolução CONARQ Nº 8 Revogada pela Resolução CONARQ n.º 14 de 24 de outubro de 2001	20.05.1997	23.05.1997	Atualiza o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para Administração Pública – Atividade-meio e a Tabela Temporalidade e Destinação de Documento de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública, aprovados pela resolução nº 4.

Resolução CONARQ Nº 9	01.07.1997	18.07.1997	Dispõe sobre o regimento interno do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ
Resolução CONARQ Nº 14	24.10.2001	08.02.2002	Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n.º 4, de 28/03/96, que dispõe sobre o código classificação de documentos e a Tabela de Temporalidade
Instrução Normativa Arquivo Nacional nº 01	18.04.1997	28.04.1997	Estabelece os procedimentos para entrada de acervos arquivísticos no Arquivo Nacional.
Portaria CONARQ Nº 30/99	22.02.1999	10.05.1999	Cria Comissão especial para definir os padrões das sineléticas técnicas a serem utilizadas na microfilmagem de documentos arquivísticos.
Portaria CONARQ Nº 31/99	28.04.1999	10.05.1999	Cria grupo de trabalho para discutir os problemas e as demandas dos arquivos do Poder Judiciário, propor diretrizes no que se refere à organização, à guarda, à preservação e ao acesso aos documentos.
Portaria – MJ Secretaria da Justiça nº 58	20.06.1996	27.06.1996	Regulamenta o registro e a fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documento, em conformidade com o parágrafo único do artigo 15 do Decreto nº 1.799, de 30.01.1996.
Portaria nº 985	27.09.1979	28.09.1979	Regulamenta a Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968, que dispõe sobre a microfilmagem de documentos.
Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional nº 177/93	05.02.1993	15.02.1993	Microfilmagem – Ineficácia da Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, para derogar disposição do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>D. O. E.</b>	<b>Ementa</b>
Decreto nº 29.387	15.10.2001	16.10.2001	Cria o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ) e estabelece a sua competência, organização e funcionamento.

### LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE ARQUIVOS PÚBLICOS

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>D . O . U.</b>	<b>Ementa</b>
Decreto-Lei nº 25	30.11.1937	06.12.1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Decreto-Lei nº 2.848	07.12.1940		Art. 165 – Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico.
Decreto-Lei nº 3.365	21.06.1941	18.07.1941	Dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública. Art. 5º - Consideram-se casos de utilidade pública: I) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico.
Lei nº 7.115	29.08.1983	30.08.1983	Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.
Lei nº 7.627	10.11.1987	11.11.1987	Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências.
Lei nº 9.507	12.11.1997	13.11.1997	Regulamenta o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.
Lei nº 9.605	12.12.1998	13.12.1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Lei nº 9.800	26.05.1999	27.05.1999	Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.
Resolução	26.10.1994		Regulamenta os

Administrativa TRT nº 26/94			procedimentos internos referentes ao trato de arquivamento e eliminação de documentos e autos findos, de natureza judiciária e administrativa.
Projeto de Lei da Câmara nº 52	05.04.1994		Dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais.
Portaria nº 3.214/78 – Ministério do Trabalho			Dispõe sobre exames médicos admissional, periódicos e rescisório.
Portaria nº 1.022/92 – Ministério do Trabalho			Dispõe sobre o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)
Regimento Básico da Previdência Social			Dispõe sobre os documentos relativos ao INSS.

**LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RJ**

<b>Legislação</b>	<b>Data</b>	<b>D . O . E .</b>	<b>Ementa</b>
Provimento nº 05/94  [Revogado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02, de 03/01/2003 (DORJ-III, S-I 6 (37) - 08/01/2003]	06.06.1994	07.06.94  Republicado em 16.08.94	Fixa prazos para retenção de documentos eventuais e transitórios da Corregedoria.
Ato Normativo nº 04	30.12.1977	03.01.1978	Dispõe sobre normas para microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas Serventias Judiciárias da Comarca da Capital, bem como de quaisquer documentos originários das Secretarias do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho da Magistratura e dá outras providências.
Ato normativo nº 11	12.06.1991	18.06.1991	Aprova a Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Tribunal de Justiça.
Ato normativo nº 14	07.11.1995	09.11.1995	Acréscimo na Tabela de Temporalidade instituída pelo Ato normativo nº 11 de 12.06.1991.
Ato normativo nº 13  (Alterado para nº 14 conforme publicado no D.O.E. de 04.02.97)  [Revogado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02 de 03/01/2003 (DORJ-III, S-I 6 (37) - 08/01/2003]	29.01.1997	31.01.1997	Aprova a nova Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Tribunal de Justiça.
Ato executivo conjunto nº 30/2001	09.11.2001	09.11.2001	Institui a Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Atividade fim.
Ato executivo conjunto nº	09.11.2001	09.11.2001	Institui a Comissão Permanente de

31/2001			Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Atividade meio.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01	03.01.2003	08.01.2003	Aprova o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02	03.01.2003	08.01.2003	Aprova a nova Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro